

Desmembrando o Comitium para preservar a res publica: uma leitura gramsciana das transformações no norte do Fórum Romano no final do século I a.C.

Giovanni Pando Bueno*

BUENO, G. P. Desmembrando o Comitium para preservar a res publica: uma leitura gramsciana das transformações no norte do Fórum Romano no final do século I a.C. R. Museu Arq. Etn. 43: 55-76, 2024.

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no Comício do Fórum Romano durante o período consagrado como o último século da República a partir de uma perspectiva gramsciana da política e da memória em relação ao espaço. Para tanto, mobilizamos o conceito de organismo, formulado por Gramsci, para compreender o desenvolvimento da espacialidade do Fórum – e especialmente do Comício, local mais nuclear das relações políticas durante a República – em interação com as dinâmicas de classe ali cultivadas. Esse processo histórico concebeu um espaço convenionado a acolher o conflito e solucioná-lo, dentro de uma estrutura hierárquica que ditava visualmente o papel que cabia a cada classe nessa ação, e indexou na materialidade vivências passadas desses conflitos/resoluções que forjaram uma memória coletiva muito particular daquele local. Contudo, o acúmulo de contradições resultantes do descompasso entre as novas condições materiais do império nascente e a velha estrutura da *res publica* colocou o Comício em um impasse de natureza dialética, no qual o espaço foi instrumentalizado a favor da escalada da violência política que ameaçava a *res publica*, ao mesmo tempo em que não podia ser abandonado, sob o risco de minar as bases orgânicas republicanas ali gestadas. Recorrendo às reconstituições propostas pelo Atlas of Ancient Rome (2017), organizado por Carandini e Carafa, buscamos demonstrar que o esvaziamento do Comício foi acompanhado da reconstrução de suas estruturas em outros locais do Fórum, tanto para preservar a *res publica* enquanto processo memorial materialmente coproduzido quanto para desvincular a interação direta das classes, enxertando entre elas a figura mediadora daqueles que futuramente seriam vistos como imperadores.

Palavras-chave: Comício; República Tardia; Hegemonia; Fórum Romano; Memória.

* Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). Foi bolsista FAPESP (nº processo 2020/03091-0) durante a Pós-Graduação. Atualmente, atua como professor e coordenador pedagógico no colégio Nossa Senhora de Sion (Higienópolis, São Paulo). Contato: giovanni.pando.bueno@gmail.com

Introdução: o Fórum enquanto organismo

Foi entre os séculos VIII e VII a.C. que o vale situado entre os montes Capitólio e Palatino, ao nordeste da depressão que, próxima ao Tibre, compunha o Velabro,

começaria a sentir os incipientes sinais da urbanização (Filippi 2017: 150; Coarelli 2007: 44). Este vale pantanoso, até então à margem da ocupação humana na região, se tornará, a partir da Monarquia e principalmente durante a República, o coração pulsante de Roma: o *Forum Romanum Magnum*. O espaço palpitaria ao longo dos séculos da República com seus barulhentos mercados, cambistas, prostitutas, oradores, festividades, jogos, lutas de gladiadores, exibições de animais exóticos, procissões, triunfos, funerais, julgamentos, assembleias eleitorais e legislativas, *contiones*, ocupações militares, proscricções, incêndios, etc. Toda a vida que ali circulava demandou ao espaço estruturas que acolhessem essas variadas atividades, de modo que, paulatinamente, com sucessivas construções, demolições e restauros, nascia uma espécie de praça mais ou menos retangular. A geometria perfeita bem como a harmonia arquitetônica e estilística não diziam respeito ao Fórum, que se fez assim, aos poucos, rasgando-se e remendando-se conforme Roma se transformava. A tecitura da *res publica* traduz-se espacialmente na construção do Fórum.

Proporemos logo de partida a compreensão do Fórum Romano como um *organismo*, no sentido gramsciano da palavra. No léxico do filósofo italiano, o termo *organismo* é conjurado para descrever órgãos modernos, que, obviamente, não possuíam correlatos históricos na antiga Roma: o Estado, a Nação, um partido político, a Igreja Católica, o exército, uma dada classe social (Frosini 2017: 589). No entanto, é a forma específica que caracteriza as atividades de todas essas instituições entendidas como organismos, embasada na noção primeira de organicidade própria de um “complexo unitário e vital” (Prestipino 2017: 588), que elucida o funcionamento do Fórum no mundo romano: “um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada” (Gramsci 2017: 336).

Como estrutura política, a *res publica* conformava um discurso hegemônico em que se previa a competição interna entre os membros da *nobilitas*, portanto no seio da

própria hegemonia. Da mesma forma, tal competição intra-hegemônica tinha por árbitro aqueles, excluídos do corpo político, que formavam o *populus romanus*: todos os debates eram conduzidos exclusivamente por *nobiles*, mas sempre ocorriam perante o povo, que por seu turno era enaltecido e elogiado vide a dependência dos aristocratas por seus votos em assembleias. Assim, o *populus* aprendeu, por um lado, a respeitar a *auctoritas* da elite e sua tradição de poder e, por outro, a reconhecer sua própria soberania, reforçada pelos discursos dos notáveis e pelo seu poder de mediação nas disputas (Yakobson 2010: 286, 300). Dessa via de mão dupla advinha o relativo consenso das classes cidadãs não-dominantes ao pacto hegemônico republicano.

O espaço do Fórum foi moldado para que ali se realizasse justamente essa conformação hegemônica, em que aristocratas concorriam entre si pelos postos institucionais diante do *populus*, que, por seu turno, era conclamado a exercer seu papel ao votar em assembleias e comparecer em *contiones* – dispondo uma participação conjunta e hierarquizada das diferentes camadas sociais, que seguiam a mesma direção política com engajamentos distintos. O arranjo arquitetônico desenvolvido reproduzia a hierarquia social ao diferenciar espaços internos destinados a determinadas classes, ao mesmo tempo em que as colocava em interação para que participassem ativamente, dentro do papel que lhes cabia, da superestrutura política chamada República.

Como um organismo, o Fórum era então experienciado a partir de uma vontade unitária, selada pelo consenso coletivo que a *res publica* costurava com sua direção. Partindo de Morstein-Marx (2004: 15-16), que mobiliza o conceito althusseriano de *interpelação* para descrever o processo de atribuição do papel de *populus romanus* à audiência cívica diante de um orador, Amy Russell (2021: 19-25) estende tal categoria para compreender a arquitetura do Fórum, que interpelava seus visitantes como sujeitos políticos. Com uma tribuna (*Rostra*) elevada de modo a dar destaque aos que tomavam a palavra – sempre membros da aristocracia – a alguns metros da Cúria, local

por excelência das reuniões senatoriais, abria-se entre elas o amplo espaço (chamado de Comício) que abrigava os ouvintes, o *populus*, rebaixado e sem cadeiras para se sentar, mas cuja presença era imprescindível à posição dos aristocratas, que dependiam da aprovação popular. Cada um desses espaços interpelava aqueles que o frequentavam a agir politicamente de acordo com as atribuições cabíveis de sua classe (proferir um discurso, dividir opiniões entre iguais, ouvir e votar, etc.).

Praticamente a maior parte dos procedimentos políticos formais durante a República se desenvolvia ali, dentro dos enquadramentos espaciais que ditavam as possibilidades de ação de cada grupo. Ocorre que, a partir do desequilíbrio interno do grupo hegemônico, fruto da concentração desigual dos recursos econômicos e militares, cujas escalas foram amplamente alargadas com a expansão territorial de Roma nos séculos II e I a.C. (Winterling 2009), somado à necessária ampliação dos poderes concedida pelo Senado a determinados generais para que pudessem lidar com os problemas colocados pela nova dimensão imperial (Meier 1993: 59), o Fórum passaria a ser instrumentalizado pelo conflito. Veja que essa lógica de utilização do espaço não desfez as relações orgânicas que o tinham originalmente modelado – aliás, é o oposto, pois foi justamente tal organicidade que convidou o conflito a se realizar (e a se amplificar) dentro dos limites do Fórum, caso contrário, o sangue procuraria outros lugares em que a hegemonia fosse reproduzida para ser derramado. Ou seja, o organismo do Fórum permaneceria vivo, mas a potencialização da competição interna dos *nobiles* transformada em disputa e a interiorização desta pelo *populus*, que respondia com respeito à hierarquia (e, logo, aos chamados de luta capitaneados pela aristocracia), desenharão uma conjuntura contraditória do espaço.

Contraditória, pois, por um lado, sua estrutura hierarquizante não foi pervertida ou colocada em questão: os instrumentos viso-espaciais de diferenciação social permaneceram mobilizados e, com isso, a forma hegemônica. Por outro, porém, essa foi a mesma estrutura

utilizada nas disputas de nova proporção, tornando-se instrumento de perseguições políticas, intensificação da pressão popular e até execuções, o que ceifava a participação ativa das camadas sociais e a conformidade compartilhada na *res publica*, abalando enfim a vontade unitária que dava liga àquele organismo. A arquitetura hegemônica do Fórum forneceu as armas de sua própria corrosão, já que seus mecanismos de interpelação agora convocavam os sujeitos não apenas a fazer política, mas também a lutar. Dito de outra forma, com o conflito desenrolando-se por meio dos dispositivos arquitetônicos do próprio Fórum, produzidos a princípio para acomodar a hierarquia conhecida, a hegemonia acabava sendo reafirmada ao mesmo tempo em que se desgastava, em um processo dialético complexo.

Exemplifiquemos. James Scott (1985: 322-326) aponta a diferença, dentro de um quadro hegemônico, entre inevitabilidade e justiça: o que é tomado como inevitável, como uma estrutura de dominação, dá as condições realistas do que é possível e pode ser colocado em prática para interferir a favor do que é considerado legítimo, legitimidade essa muitas vezes definida também pela própria ideologia hegemônica. Assim, ao ver um magistrado eleito sendo morto e exibido no Fórum, ou então uma magistratura inteira esvaziada, o *populus* sente-se na legitimidade, já que foi educado como livre e soberano pela própria classe dirigente, de se apropriar dos meios políticos cabíveis para defender sua posição, meios estes que se encontravam em sua maioria no Fórum, ocupando-o então em revolta.

Isso é expressão da “crise sem alternativas”, nomeada por Meier (1993: 55), que assolou o coração espacial da *res publica*, seu organismo principal, o Fórum, como um processo corrosivo de dentro para fora. Com a crescente centralização política do século I a.C., a problemática do Fórum se colocará aos grandes líderes que, a fim de se afirmarem como tais, tiveram de intervir no centro político da *Urbs*. Não por acaso, embora tenha sofrido alterações no decorrer de toda a sua história, foi no século I a.C. e principalmente nos períodos de César e Augusto que o Fórum assistiu às reformas mais

intensas em seu recinto. Tais reformas, contudo, não poderiam arruinar as bases orgânicas daquele espaço, pois, se o fizessem, a *res publica* também estaria em risco, já que o Fórum era sua manifestação concreta.

Dando sequência à nota, Gramsci pontua que um organismo deixa de sê-lo quando se torna um fetiche, ou seja, quando seus componentes fundantes não mais se identificam com ele, olham-no com estranhamento como se estivessem diante de um “fantasma do intelecto” (Gramsci 2017: 336-337). O organismo funcional deve ser regido pelo “consenso ativo e direto” de seus integrantes, que participam dele “ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e tumulto” e constituem uma multiplicidade unificada “através do atrito dos indivíduos” (Gramsci 2017: 338). O Fórum era conduzido nesses termos de envolvimento coletivo, consensual e ao mesmo tempo litigioso, mas no fim da República a hipertrofia do litígio ameaçava o consenso. De que forma, então, foi possível abafar a dimensão do atrito naquele espaço sem esvaziar por completo a participação ativa dos indivíduos? Caso contrário, se a participação fosse defenestrada junto com o atrito, o Fórum seria exaurido, perderia sua razão de ser, suas raízes orgânicas, e se transformaria enfim em um fetiche.

Nessa empreitada, César e Augusto consideraram um elemento fulcral ao realizarem suas reformas: a memória. Tendo mais de 500 anos de história, o Fórum era um acúmulo de temporalidades diversas, e em cada basílica, templo, altar e rocha ali erguidos evocava-se a memória do construtor, de sua *gens* e de sua contribuição ao *mos maiorum* de Roma. Como era cotidianamente frequentado, os romanos encontraram ali um terreno fértil à memória coletiva (Price 2019: 189). Favro (1988: 18) comenta que circular pelo Fórum equivalia a uma “aula de história republicana”. E da mesma forma como a materialidade de suas construções indexavam temporalidades distintas, passaram a indexar também as marcas dos conflitos ali desenrolados conforme estes aumentavam durante o último século republicano. Foram as lembranças dos massacres, das ocupações, dos atentados aos

edifícios do Fórum, enfim, da discórdia que estavam sob a mira dos reformadores.

O Comitium: locus de memórias e atritos

Se o centro político da *Urbs* era o Fórum, o Comício (em latim, *Comitium*) constituía seu ponto mais nuclear. Tratava-se de um espaço situado no vértice noroeste do Fórum (Fig. 2, n. 341), delimitado ao sul pelos *Rostra* (Fig. 2, n. 252) e a área do Vulcanal (Fig. 2, n. 487), a leste pelo tribunal dos pretores urbanos (Fig. 2, n. 261), ao norte pela Cúria Hostília (Fig. 2, n. 5) e a oeste pela *Graecostasis* (Fig. 2, n. 69). Theodor Mommsen foi o primeiro a localizar esse espaço na zona setentrional do Fórum, já que até 1845 pensava-se que estava posicionado na parte sudeste; e na virada do século XIX para o XX uma série de escavações foi realizada na região, entre as quais se destacam aquelas de Giacomo Boni (Coarelli 1986: 119). De Boni até os anos 1980, os trabalhos arqueológicos permitiram o estabelecimento de oito níveis estratigráficos correspondentes a épocas distintas, sintetizados por Coarelli (1986: 120-128), o qual propôs a forma circular do Comício com arquibancadas nas laterais, amplamente aceita a partir de então¹ (Fig. 1). Descobertas recentes, contudo, refutam a hipótese do formato circular em qualquer nível estratigráfico (Morstein-Marx 2004: 47-48; Polo 2005: 149-150) e concluem que foi mais provavelmente um espaço aberto de formato quase trapezoidal.

No Comício, o *Senatus Populusque Romanus* (SPQR) se fazia. Até fins do século II a.C. (Morstein-Marx 2004: 42-45), a plebe se reunia em assembleia dentro daquele espaço e, de costas para a Cúria, ouvia os magistrados e oradores que discursavam nos *Rostra*. A Cúria na retaguarda abrigava o Senado, tendo à sua porta os

1 Segundo Coarelli (1986: 148-157), enquanto no terceiro nível (correspondente ao final do século VI a.C. até metade do V) e no quarto (marcado por uma ampliação da área por volta de 338 a.C.) o Comício apresentava um formato quadrangular, no quinto (que vai do fim das Guerras Samnitas em 290 a.C. até as reformas silanas do ano 80 a.C.) ele assume a estrutura circular, quase como um fosso de orquestra, escalonado com arquibancadas nas bordas em que a plebe se sentava para ouvir os oradores.

assentos dos tribunos da plebe, (*subsellia*) que ouviam de fora as reuniões até 287 a.C., quando a *lex Hortensia* permitiu que as acompanhassem de dentro mesmo não sendo senadores (Thommen 1995: 360). O poder de veto que eventualmente se contrapunha às deliberações senatoriais demandava essa proximidade, da mesma forma que os escritórios dos tribunos (Fig. 2, n. 877) deveriam estar próximos ao que Kondratieff (2009: 327-328) chama de “topografia do castigo”, ou seja, no caminho até a prisão Mamertina (atrás da Cúria, no flanco oriental do Capitólio), para que os

condenados pudessem recorrer aos tribunos solicitando *auxilium*. Ademais, processos jurídicos desenrolavam-se ali no tribunal do pretor urbano, que também estava sujeito a intervenções dos tribunos (Kondratieff 2009: 329); próximos à coluna Mênica (Fig. 2, n. 745), situavam-se os magistrados responsáveis pelas execuções e prisões, os *triumviri capitales* (Thommen 1995: 361); e emissários estrangeiros eram recebidos na *Graecostasis* (David 2000: 70). Enfim, conclui Coarelli (2007: 54), o Comício refletia a natureza tripartite da constituição romana, com assembleias populares, senadores e magistrados.

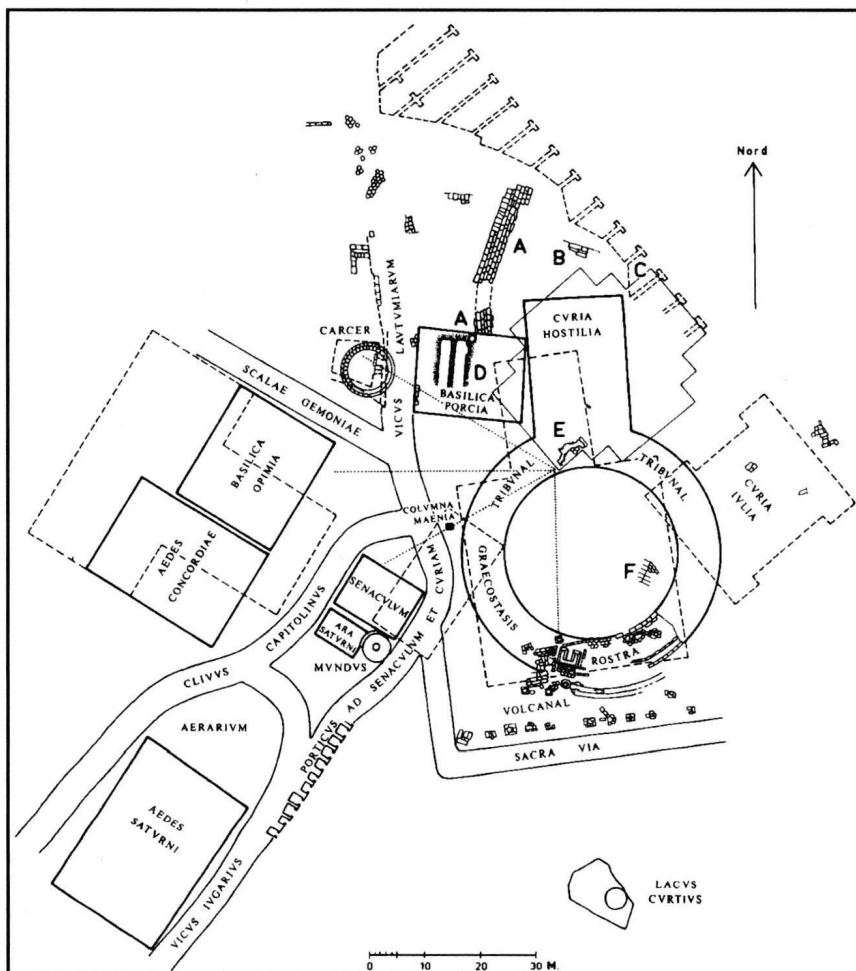


Fig. 1 Reconstituição da planta Comitium segundo Coarelli

Fonte: Coarelli (1986: 139).

pelo dito cônsul no rio Astura (Polo 2005: 151). Além do Capitólio e do Campo de Marte, o Comício também acolheu muitos monumentos e espólios militares, como a coluna rostral de Caio Duílio (Fig. 2, n. 746) erguida após a vitória naval contra Cartago em 260 a.C. Também pinturas, como aquela descrita por Plínio, o Velho (HN. 35.7.22; 1988), localizada no interior da Cúria e encomendada por Valério Messala, que retratava seu triunfo na batalha de 263 a.C. durante a Primeira Guerra Púnica contra os cartagineses aliados de Hierão, tirano de Siracusa (Hölkeskamp 2016: 27-30). A lista de exemplos é vasta. O uso memorial do Comício pela *nobilitas* caracteriza um quadro descentralizado da memória coletiva (Gildenhard et al. 2019: 13-15), no qual a estrutura cívica era compartilhada pelas *gentes* para reivindicarem publicamente, sobre amplas condições de visibilidade, seus respectivos ancestrais e memórias, fazendo do passado romano uma totalidade compósita. É fato que há uma lógica competitiva que dinamiza tal comportamento, mas os meios cerimoniais e monumentais disponíveis para expressão da memória privada estavam distribuídos aos *nobiles* com relativo equilíbrio, garantindo certa equidade ao grupo hegemônico e abortando qualquer potencial reclamação da totalidade do passado. Aliás, era a própria competição que alimentava a *res publica* e engrandecia o passado comum. Disputar a visualidade do Comício vivificava a memória triunfalista de Roma, tornando funcional o passado plural das vitórias e das virtudes dos grandes homens, detentores de *auctoritas*.

Mas as memórias das *gentes* não se relacionavam apenas entre si, no nível competitivo intra-hegemônico, uma vez que estabeleciam relações verticalizadas com outros grupos de baixo. Assim, o Comício também abrigou monumentos que estavam associados à plebe. É verdade que a *nobilitas* detinha possibilidades de usufruto do espaço muito maiores. Porém, enquanto segmento central do organismo do Fórum, era necessário não apenas que o Comício dialogasse com grupos de baixo, mas concedesse aberturas à manifestação da memória dessas camadas a fim de que elas

se reconhecessem como parte daquele todo. Para citar um primeiro exemplo, é significativa a estátua do sátiro Mársias (Fig. 2, n. 905) representada com as algemas quebradas, disposta na *area Concordiae* (Fig. 2, n. 717) e que fora erguida no contexto do Conflito das Ordens, evocando a *libertas* da plebe que, naquele contexto, fora isenta da escravidão por dívida. Outro caso importante é o templo da Concórdia (Fig. 2, n. 31), que fazia fronteira com o Comício a oeste. Também construído na época do Conflito das Ordens, por Camilo em 367 a.C. (Lugli 1966: 17), foi um local caro à memória da plebe urbana.

Mesmo que não tenha sido ela a responsável por erguer Mársias ou a *aedes Concordiae*, a plebe viu em suas construções o resultado de sua própria soberania, que em lutas passadas conquistou direitos reconhecidos pela aristocracia. Prova dessa sensibilidade foi quando a plebe reagiu à restauração do templo da Concórdia por Opímio, algoz de Caio Graco, gravando a inscrição “a obra da discórdia produziu este templo à Concórdia” em sua parede, como conta Plutarco (Vit. C. Gracch. 17.8-9; 1959). Se não houvesse nenhuma identificação, não haveria nenhum tipo de intervenção.

É possível notar que as interações político-sociais transcorridas no Comício geravam atrito, seja entre os *patres*, seja entre *patres* e *plebs*, atrito esse que se desdobrava no campo memorial materialmente ali gestado. Sendo a tensão orgânica do Comício, uma memória coletiva de caráter abrangente – que englobava a *ciuitas* como um todo –, foi aos poucos desenvolvida e, recorrendo ao passado primevo, associou aquele espaço à resolução de conflitos. Trata-se da passagem do firmamento de paz entre Rômulo e Tito Tácio ao fim da guerra provocada pelo rapto das sabinas, que se desenrolou na área pantanosa do futuro Fórum. Tito Lívio relata (1.13; 2006) que, em meio aos coléricos golpes, as esposas raptadas pelos romanos intervieram na batalha, colocando-se entre os dois exércitos beligerantes de sogros e genros e exigindo, caso uma trégua não fosse estabelecida,

que redirecionassem a violência contra elas, a causa primeira do enfrentamento. Apiedados pela inesperada reação, ambos os reis decidiram pela paz e união dos dois povos em um único estado de realeza compartilhada e alargaram a cidadania de Roma para incluir os sabinos. Embora esses eventos tenham se desenrolado no Fórum, Lívio não nomeia uma topografia específica para eles, diferente de Plutarco (*Vit. Rom.* 19.7; 1967) que, além de descrever uma narrativa muito semelhante, afirma que tais acordos entre Rômulo e Tácio foram firmados no Comitium, cuja etimologia, de acordo com ele, derivaria de *conire* ou *coire*³.

Segundo essa tradição, o Comício nascera para acolher os povos que desciam das colinas no entorno a fim de se fazerem romanos no vale. O papel daquele espaço é, então, duplo: conter em si os conflitos e também resolvê-los por meio do incentivo à comunhão entre as partes. Por outro lado, havia outras tradições antigas que vinculavam o Comício à discórdia insolúvel, como aquela que sinalizava a existência de um lugar funesto abaixo da Pedra Negra (*Lapis Niger*) (Fig. 3, n. 500), no lado oeste dos *Rostra* (Price 2019: 209). Não há consenso nas fontes sobre quem jazia sob aquela área: Dionísio de Halicarnasso diz em uma passagem (*Ant. Rom.* 1.87.2; 1939) que ali o pastor Fáustulo, pai adotivo de Remo e Rômulo, acabou morto colateralmente por se intrometer na briga entre os dois irmãos, sendo enterrado pelo gêmeo vencedor no mesmo local, sob o leão de pedra que havia ao lado dos *Rostra*; já em outra (*Ant. Rom.* 3.1.2; 1960), diz que na verdade tratava-se da tumba de Hóstio Hostílio, guerreiro romano morto durante a batalha contra os sabinos; finalmente, considerando as narrativas que descrevem o fim não-apoteótico do primeiro rei⁴, assassinado pelos senadores, o local era também associado à morte de Rômulo, como é sugerido no

3 O verbo *coeo* e seu arcaísmo *coneo* têm por sentido primeiro “ir juntamente ou em companhia”, “ajuntar-se”, “reunir-se”, além de “cerrar [uma ferida]”, “unir-se”, “fazer uma aliança, sociedade” (Saraiva 2019: 240, 275).

4 Ver Tito Lívio (1.16; 2006: 25-27), Plutarco (*Vit. Rom.* 27.5-6; 1967: 175) e Apiano (*B Civ.* 2.114; 1996: 129-130).

epodo de Horácio (*Epod.* 16.13-14; 2008) ou em um excerto de Vêrrio Flaco compilado por Pompeu Festo (Ruy 2012: 405), segundo o qual a Pedra Negra indicaria o local da morte do rei, mas não sua tumba, embora Fáustulo e Quintílio teriam sido ali sepultados. Nesse sentido, existia também uma forte associação do Comício ao comportamento tirânico de Rômulo, especialmente ao fratricídio de Remo, entendido como germe do conflito civil em Roma (Price 2019: 210-211).

A coexistência dessas duas tradições, uma que aponta para a concórdia e que expõe a violência original do rei fundador, dá bem o tom do Comício enquanto parte do organismo do Fórum. Era uma área de tensão pré-delimitada e, ao mesmo tempo, de conciliação, que atava em um mesmo corpo cidadão e por meio do atrito o múltiplo tecido social. Agravada a crise no século I a.C., porém, o Comício seria impactado de diversas formas, não sendo mais capaz de conter os conflitos políticos em seus limites. Sem que fosse desfeito, interferências visuais seriam promovidas ali de forma a estreitar as possibilidades da conciliação e, concomitantemente, recrudescer a violência, o que colocava toda aquela área de suma importância à *res publica* em um impasse de caráter dialético: ao mesmo tempo em que não poderia ser desmontada, fecundava a hostilidade que a destruiu.

Intensificação da violência: de Sila aos triúviro

Findada a campanha no Levante contra Mitrídates IV do Ponto, Lúcio Cornélio Sila retorna à Península Itálica pondo fim ao domínio dos marianos remanescentes e marchando sobre Roma uma segunda vez em 82 a.C., ano em que é investido com a ditadura. Nesse momento, iniciam-se mudanças legais na *res publica* e reformas no Fórum, entre as quais se destaca o ampliamiento do prédio da Cúria Hostília (Fig. 3, n. 5). A hipótese levantada por Coarelli (1986: 157-158) de que a nova Cúria hipertrofiada avançara em direção ao

Comício, ocupando a parcela setentrional da praça, é contestada em pesquisas recentes que questionam a real extensão do edifício silano⁵. No entanto, sabe-se que a Cúria Cornélia⁶ foi construída com um porte maior para acolher um Senado alargado, já que Sila dobrara seus membros de trezentos para seiscentos. Com isso, uma questão a atentar-se corresponde às condições de visibilidade do novo prédio. Desde o século III a.C., as *contiones* aconteciam com o público situado no Fórum, ao sul dos *Rostra*, enquanto as assembleias eleitorais e legislativas permaneciam com os votantes no interior do Comício (Thommen 1995: 362-363; Taylor 1990: 21-23, 108). Em ambos os casos, o olhar da audiência se dirigia à tribuna. Contudo, na segunda metade do século II a.C. ocorreu uma mudança digna de nota aos autores antigos: tribunos da plebe começaram a conduzir as assembleias também fora do Comício, voltando-se ao Fórum.

É mais provável que o precursor dessa prática tenha sido Caio Licínio Crasso, tribuno em 145 a.C. que, segundo Varrão (*Rust.* 1.2.9; 2012: 25), foi o primeiro a fazer o povo ouvir as leis a partir do Fórum. Cícero (*Amic.* 96; 2019: 75) diz que a lei proposta por Crasso consistia na transferência das nomeações sacerdotais ao povo, via eleição, lei cujo apelo popular fez o tribuno direcionar-se ao Fórum para submetê-la à votação. Plutarco (*Vit. C. Gracch.* 5.3; 1959: 155), por seu turno, afirma que, para aprovar leis de caráter popular que desagradavam o Senado⁷, Caio Graco teria sido o primeiro a dar as costas à Cúria e discursar

5 Um exemplo é Paolo Carafa (1998: 151-155 *apud* Kondratieff, 2009: 323). Ele afirma que a nova Cúria, mesmo sendo maior, estava situada no mesmo local da antiga e seguia suas linhas de orientação. Conferir Carafa, P. 1998. *Il Comizio di Roma dalle origini all'età di Augusto*. L'Erma di Bretschneider, Roma.

6 A bibliografia costuma utilizar o epíteto *Cornelia* para se referir à Cúria após as reformas silanas, dado o nome gentílico de Sila, da *gens Cornelia*. No entanto, é incerto se ela passou a ser chamada assim. De qualquer forma, até a construção da Cúria Júlia, a antiga Cúria ainda era referida como *Hostilia* em homenagem ao rei que a construiu, Túlio Hostílio (Westall 1996: 112).

7 Como a distribuição de terras públicas aos cidadãos sem propriedade, o custeamento público dos recursos necessários aos soldados, a extensão do sufrágio aos aliados

para o Fórum, pois “os oradores deveriam se dirigir ao povo, e não ao Senado”. Tendo isso em vista, é possível inferir que, para além da necessidade prática de mais espaço que o Fórum proporcionava, havia também uma significação política por trás do direcionamento dos tribunos que, dando suas costas ao Senado, assumiam uma postura provocativa declaradamente popular (Thommen 1995: 363). Como resposta, o engrandecimento da Cúria por Sila anos mais tarde adviria como uma reação à prática dos tribunos populares. Acrescida, ela dominava o horizonte atrás da tribuna, impondo-se inescapável à visão daqueles que assistiam o orador e minando a atitude hostil de negligência que tribunos mais ousados tentavam promover. A nova Cúria Cornélia marcava a visão silana de República, com a autoridade senatorial tonificada e alocada no coração da vida política (Davies 2017: 206). Tal tendência topográfica encontra ecos no discurso de Cícero sobre Valério Flaco (*Flac.* 57): “a Cúria vigia e assedia os *Rostra* como punidora da temeridade e reguladora do dever”⁸. O impacto sensorial do prédio vigilante soma-se a outra mudança visual ocorrida nos *Rostra* durante a ditadura silana. Houve ali o acréscimo de uma estátua equestre do ditador feita em ouro (**Fig. 3**, n. 725)⁹. Mas o abalo maior veio com o silêncio ao qual a tribuna ficou sujeita após a *lex Cornelia de tribunicia potestate*, que esvaziou o tribunato da plebe. Destituído do poder de veto, da possibilidade de reeleição, sendo obrigado a apresentar previamente as propostas de lei ao Senado e, principalmente, excluído do *cursus honorum* – já que agora, uma vez eleitos, os tribunos não poderiam mais se candidatar a nenhuma outra magistratura, tornando o tribunato um posto terminal na carreira política –, o tribunato passou a ser evitado por aristocratas e as *contiones* tribunícias deixaram

italicos, a diminuição do preço dos grãos e a nomeação de juizes entre equestres (*Vit. C. Gracch.* 5.1; 1959: 153).

8 No original: “cum speculatur atque obsidet rostra vindex temeritatis et moderatrix officii curia” (Cícero 1931: 24, linhas 10-12, tradução nossa).

9 Segundo Cícero (*Phil.* 9.13; 2021: 381) e Apiano (*B Civ.* 1.451; 1996:).

de ser regularmente convocadas. Como afirma Morstein-Marx (2004: 54), os *Rostra* estavam simbolicamente muito atrelados aos tribunos *populares*, especialmente no fim da República, e estabeleciam uma relação “metonímica” com a soberania do *populus*. O silêncio anormal que recaiu naquele

lugar por alguns anos (por volta de sete), somado à estátua equestre que ironicamente comemorava o triunfo dos *optimates* sobre a outra facção política, criava um forte paralelo com a intervenção de Opímio no templo da Concórdia em anos anteriores (Morstein-Marx 2004: 56-57).

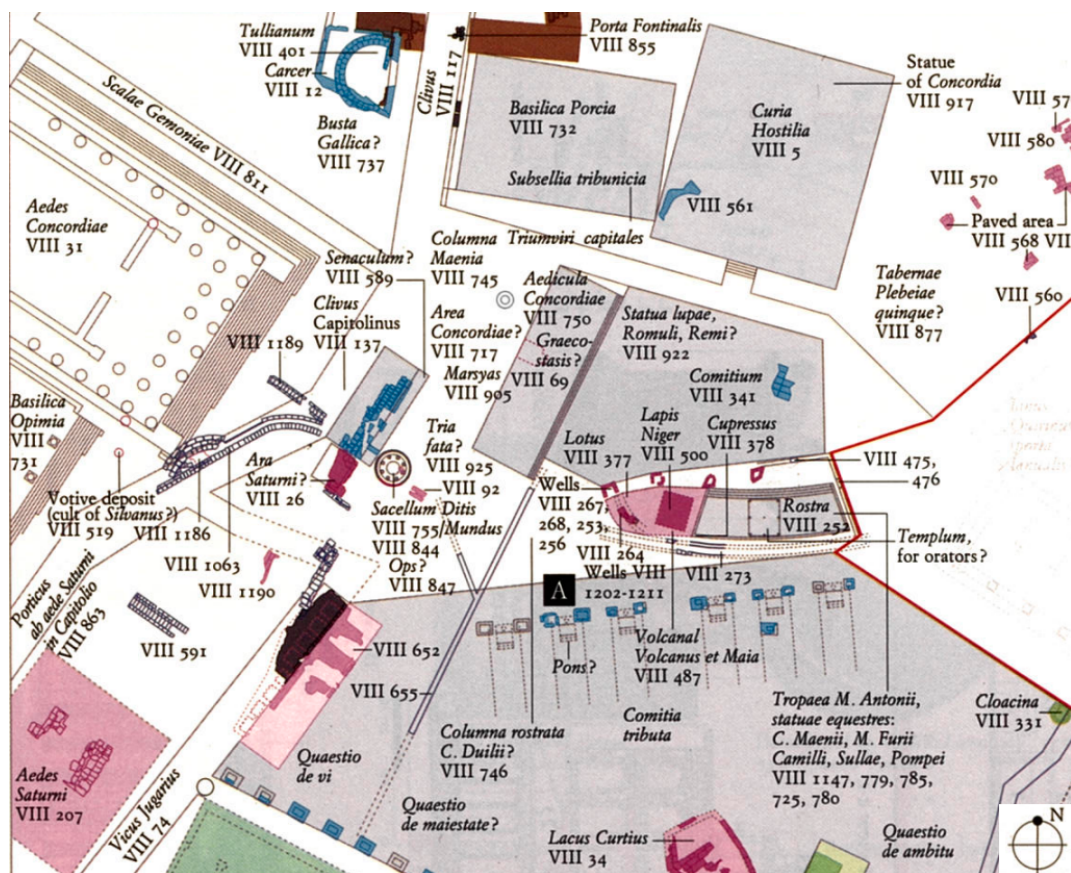


Fig. 3 Reconstituição da planta do Comitium.
Recortado da planta do Forum Romanum (117-52 a.C.).

Fonte: Carandini, (2017:Tab.21).

Mas talvez a ação de Sila que tenha atingido com mais força a memória coletiva foi a proscricção. François Hinard (1985) realiza um extenso estudo sobre as duas proscricções, a silana de 82 e a triunviral de 43 a.C., destacando o formato legal que revestiu tais massacres. Diferente de perseguições

anteriores, a de Sila contra os simpatizantes do governo mariano fez uso de recursos legais já conhecidos, a começar pela formulação de um *edictum* oficial que expunha os motivos e as modalidades da ação persecutória, anunciado formalmente em uma *contio* e, finalmente, inscrito em placas de madeira esbranquiçada

(*tabulae*) fixadas em toda a *Urbs*, que continham também as listas dos proscritos (Hinard 1985: 30-35). O *edictum*, a *contio* e as *tabulae* eram meios formais de divulgação de leis e decisões políticas aplicados na *res publica*. Até mesmo o termo *proscriptio* já era utilizado na língua latina para se referir a comunicados pregados em locais públicos (Hinard 1985: 17-21). A publicização de determinados avisos já tinha por si só um sentido humilhante, como a divulgação próxima à coluna Mênica da venda de bens confiscados de devedores que não puderam saudar suas dívidas, e em uma sociedade censitária como a romana a exposição do falido aos olhos da multidão exercia uma pressão degradante (Hinard 1985: 22-23), mas Sila elevou a infâmia a novos patamares.

Eram prometidos 12 mil denários como recompensa a quem conduzisse um proscrito a seu destino. O condenado era decapitado próximo ao Lago Servílio (*lacus Servilius*), no Fórum, sem o direito de recorrer em *auxilium*, executado como se não fosse cidadão romano, privado de sepultamento, com seu corpo arremessado nas águas do Tibre, seus bens confiscados e, à família, negado o luto (Hinard 1985: 38-52). As cabeças, em sua maioria, eram dependuradas nos *Rostra*: além da amissão do mundo dos mortos, que na crença comum era causada pela mutilação do corpo, os proscritos eram exibidos tais como inimigos de Roma, espólios ao lado da triunfante estátua equestre de Sila (Hinard 1985: 41-42), e dividiam espaço com os esporões dos volscos. Dessa forma, com ajuda de ferramentas legais e da utilização das estruturas republicanas do Comício, a ditadura silana realizou um massacre interno que alienou cidadãos de sua romanidade e espetacularizou a violência, conclui Hinard (1985: 140-143), em uma verdadeira política de terror, já que agora os próprios meios da *res publica* tornavam-se o flagelo de Roma.

Dessa maneira, a taciturnidade dos *Rostra* não se deveu unicamente ao enfraquecimento das *contiones* tribunícias, mas também ao silêncio funesto das cabeças decepadas. Quase quarenta anos depois, mais um ditador chegaria ao poder após vencer outra guerra civil. O medo da proscricção que vivia entre as gerações mais

velhas retorna, mas Júlio César adotaria a política de clemência para o alívio dos ânimos mais temerosos. A indulgência, no entanto, morreu com o ditador, pois, logo que seus herdeiros se reconheceram no acordo triunviral, uma nova proscricção seria arquitetada. Inspirada fundamentalmente na de Sila, a proscricção de 43 a.C. adotou medidas ainda mais rígidas, como dispositivos que facilitavam a denúncia e intimidavam qualquer ato de cumplicidade: as recompensas eram maiores e pagas tanto a executores quanto a delatores; houve casos, como o do pretor Lúcio Vílio Annalis (BC 4.18; 1996: 218), em que seu filho recebeu os bens confiscados do pai por delatá-lo, o que incentivou denúncias dentro das famílias; os delatores contavam ainda com a garantia do anonimato; e, se com Sila os cúmplices eram apenas executados, com os triúnviros eram incluídos nas listas, sujeitos a todas as punições dos proscritos originais (Hinard 1985: 233-239).

As cabeças também foram colocadas na tribuna, desta vez nos *Rostra Caesaris* (Fig. 4, n. 142), construídos no último ano da ditadura de César. Hinard (1985: 305-318) depreende então que, para além dos interesses financeiros sobre o confisco de bens dos proscritos, a segunda proscricção foi uma política de terror, como a primeira, mas de forma ainda mais sistemática, que resgatou o pavor do período silano potencializando-o, inoculou dentro das *gentes* o medo da delação por um parente, manteve as listas abertas para inibir ajuda aos proscritos e, por fim, acabou se tornando a declaração de uma nova guerra civil. Oficialmente, ela terminaria somente em 39 a.C. com o Tratado de Miseno, acordado entre os triúnviros e Sexto Pompeu, mas no campo memorial não haveria paz que cicatrizasse as feridas abertas por Sila e aprofundadas por Otávio, Marco Antônio e Lépido.

Reações e apropriações do espaço

A atrocidade trazida ao Comício foi tamanha que tornou vívida a memória primeira

cultivada sobre aquele espaço, que em sua origem foi da violência à reconciliação, em um inusitado evento transcorrido ali em 42 a.C. no auge da perseguição: uma mulher tomou a palavra¹⁰ apelando aos triúmviros. Trata-se de Hortênsia, filha do velho orador Quinto Hortênsio Hórtalo, já falecido à época. Apiano descreve (*B Civ.* 4.32; 1996: 225) que o Triunvirato formulara uma lista de mil e quatrocentas mulheres ricas cujas fortunas seriam taxadas para financiar a guerra que se avizinhava contra os republicanos. Insatisfeitas e vendo frustrada a tentativa de recorrer às mulheres ligadas aos triúmviros (no caso, Fúlvia, esposa de Antônio), essas matronas se dirigem ao Fórum tendo Hortênsia como porta-voz. Ela discursa em público, papel reservado aos homens da aristocracia, queixando-se da taxaço, denunciando a injustiça armada contra elas que já perderam pais, filhos, maridos e irmãos na proscriço e ainda exigindo, caso os triúmviros as considerassem prejudiciais ao seu governo, que as proscrevessem igualmente. O paralelo com as sabinas é gritante na narrativa de Apiano, pois espelha a guerra civil iminente na guerra civil germinal (Price 2019: 207). Diante do tensionamento crescente das relações presentes, recorrer ao passado torna-se um recurso capital para respaldar reações extraordinárias. Assim, dificilmente veríamos em outro contexto a possibilidade de uma mulher assumir o papel de oradora e voltar-se a políticos em exercício. Mas Hortênsia encontra uma brecha para tanto no plano memorial, já que foi no Comício que em tempos remotos matronas sabinas intercederam nas disputas dos homens a elas ligados por laços de parentesco. Nessa perspectiva, sua ação é legítima.

10 Embora raro, esta não foi a primeira vez em que isso ocorreria na República Tardia. Valério Máximo (3.8.6), por exemplo, reconhece que as mulheres não tinham relação alguma com as reuniões públicas segundo os costumes ancestrais de Roma, mas afirma que em épocas tempestuosas a tradição podia ser deixada de lado, pois a violência demandava a reformulação das prioridades. Ele cita positivamente o caso de Semprônia, irmã de Tibério e Caio Graco, que testemunhara em um tribunal em defesa da memória de seu primeiro irmão assassinado e da honra da família (Morstein-Marx 2004: 40).

Legítimas também foram as respostas da plebe às reformas silanas no Comício. As investidas de Sila oprimiram essencialmente uma parcela da *nobilitas*, os *populares*, enfraquecendo a magistratura que eles mais mobilizavam para catalisar seus interesses políticos e perseguindo seus representantes. Nenhum indivíduo da plebe urbana foi proscrito – a proscriço atacou membros da classe hegemônica. Contudo, instruída a respeitar a *auctoritas* dos aristocratas, especialmente daqueles cujos atos colocavam-nos no papel de seus defensores, e vendo-se privada das *contiones*, expressão de sua identidade grupal dentro do debate político (Courrier 2014: 569-571), a plebe sentiu em si os ataques silanos. Nesse caso, houve uma identificação com o sofrimento infligido aos *populares* por parte da plebe urbana, que rememora a luta histórica contra o patriciado (a qual ecoava no Comício em monumentos datados do Conflito das Ordens) para se opor agora aos *optimates*.

Assim, há sete anos sem *contiones* e penando com a escassez de alimentos, em 75 a.C. a plebe realizou um motim no qual perseguiu os cônsules pela Via Sacra (Kondratieff 2009: 335). Um deles, Aurélio Cota, além de contar com a ajuda do edil Hortênsio para fornecer cereais a preços baixos aos plebeus, teve de fazer uma importante concessão aos amotinados: apresentar a *lex Aurelia*, lei que retirou o impedimento silano aos tribunos de se candidatarem a magistraturas superiores, reintegrando o tribunato ao *cursus honorum* e consequentemente retomando o hábito regular da *contio*. A reação popular contra a memória silana também se manifestou em janeiro de 52 a.C. logo após a morte de Públio Clódio Pulcro, que, quando tribuno, instigara gangues a fazerem pressão pela aprovação de leis populares. Uma multidão daqueles que apoiavam Clódio conduziu seu corpo à Cúria Cornélia, montou uma pira com as cadeiras, mesas e papeis encontrados no edifício, ateou fogo e improvisou uma cerimônia fúnebre enquanto a casa senatorial fumegava, como contam Dio Cássio (40.49.2-3; 1945: 479, 481) e Ascônio (*Mil.* 28-9; 2006). O incêndio destruiu também a Basílica Pórcia ao lado, que nunca mais foi reconstruída,

diferente da Cúria, que ainda naquele ano seria restaurada por Fausto Cornélio Sila, filho do antigo ditador, para reforçar a memória da *gens Cornelia* no prédio senatorial (Filippi 2017: 167). Finalmente, vale recordar que em 48 a.C., ao chegarem as notícias na *Urbs* da vitória de César em Farsalos, a estátua equestre de Sila (bem como outra de Pompeu) que se encontrava nos *Rostra* foi derrubada pela multidão, segundo Dio Cássio (42.18.2; 1945) e Suetônio (*lul.* 75; 2007).

A conformação hegemônica garantiu à plebe esses espaços, nada mais justo em seu ponto de vista que defendê-los. Ao fazê-lo, a plebe não negava a posição histórica que lhe fora designada na hierarquia social romana, nem Hortênsia depravou o papel de matrona ao agir como oradora, pois o Comício e o passado a ele associado autorizavam todas essas intervenções. Por pressupor o enfrentamento político das partes e cultivar a memória do conflito, seja fundacional (Rômulo contra Remo, romanos contra sabinos), seja das ordens, o Comício ensejou a reforma silana, acolheu as proscricções adequadas ao *modus* republicano, bem como viabilizou reações insurgentes. Em outras palavras, a estrutura hegemônica historicamente concretizada junto ao Comício liberou caminho à escalada da violência, tornando dialeticamente o próprio Comício um problema à *res publica*.

Intervenções cesarianas e augustanas no Comício

Nota-se o fato de que, ao mesmo tempo em que tais disputas se inflamavam, o Comício entrou em processo gradativo de esvaziamento. Coarelli (1985: 163-164) situa entre 160 e 150 a.C. o início de assembleias reunidas no lado oriental do Fórum, diante da tribuna que existia no templo de Castor e Pólux, no interior do qual os senadores também começaram a organizar reuniões já no final do século II a.C. (Coarelli 1985: 199). Soma-se a isso a transferência das atividades

jurídicas entre 75 e 74 a.C. para o *Gradus Aurelii*, arquibancada próxima à Régia e ao templo dos Dióscuros, além da própria utilização do espaço do Fórum para receber cidadãos votantes em assembleias (a partir do já mencionado tribuno Crasso). Enfim, concomitante à tormenta, estava em curso a transferência das funções eleitorais e jurídicas do Comício para o Fórum entre o final do século II e início do I a.C.

É inegável que parte das motivações para tanto se explica pela crescente demanda por espaço, já que a área comicial tinha se tornado pequena aos habitantes de Roma. Mas essa necessidade prática não anula o problema simbólico ao qual o Comício estava sujeito: pensado historicamente como local de conflito e conciliação, no fim da República, esta última estava cada vez mais obstruída. O nível inédito da violência interna impedia o acordo entre as partes e, uma vez insuficiente no cumprimento de sua segunda agenda, a concórdia, o Comício começava a ser abandonado pelas instituições principais que lá se agrupavam. Isso o levará a seu fim, iniciado por César e concluído por Augusto. Na ditadura cesariana, aquele espaço sofreu uma radical transformação (Coarelli 1985: 233-257), a começar pela destruição da Cúria (Fig.4). Entre os anos de 47 e 46 a.C., a sede principal do Senado foi demolida para dar lugar ao templo dedicado à *Felicitas* (Fig. 4, n. 566) (Filippi 2017: 111). Dio Cássio sugere (44.5.2; 1945) que a real intenção era apagar o nome dos *Cornelii* daquela região, duplamente presente por meio do pai construtor e do filho restaurador, substituindo-o pelo de César com uma nova Cúria, a *Curia Iulia*, embora haja fortes indícios de que esta só começaria a ser construída após os Idos de Março de 44 a.C. (Filippi 2017: 111). Além disso, como aponta Westall (1996: 114), o próprio templo de Felicidade já era em si uma provocação a Sila, que recebera o agnome de *Felix* pela sua boa fortuna em vida. Mas *Felicitas* nunca viu a conclusão de seu templo no Comício, pois a morte de César interrompeu as obras em curso.

por volta de 45 a.C. e foram inaugurados em janeiro de 44, recebendo a inscrição do segundo cônsul, que à época os dedicou, Marco Antônio (Coarelli 1985: 238-239). Infelizmente, os vestígios arqueológicos da tribuna republicana são escassos para podermos compará-la com a nova de César, que grosso modo perduraria (com ampliações e restauros) por todo o Império, mas acredita-se que desde as reformas de Mênio e Camilo em 338 o pódio assumiu um formato de hemiciclo (Morstein-Marx 2004: 42-48), com o lado côncavo voltado para o Comício. Tal formato foi respeitado por César na nova tribuna, cujo comprimento abarcava aproximadamente vinte e três metros e que trouxe, inclusive, os mesmos esporões dos navios volscos que se encontravam na antiga (Coarelli 1985: 242), de modo que, salvo as alterações, as duas tribunas eram

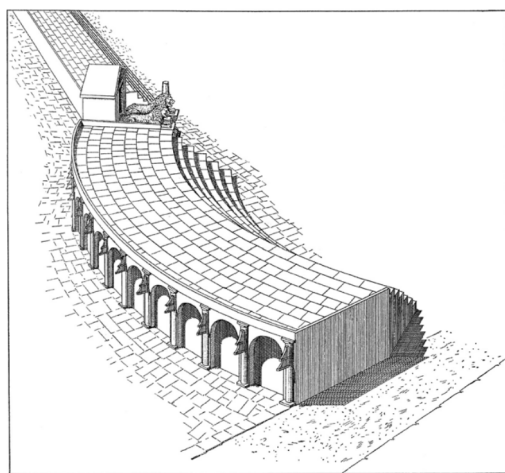


Figura 6. Reconstituição dos *Rostra* tardo-republicanos de Einar Gjerstad.

Fonte: Morstein-Marx (2004:49).

Os novos *Rostra*, afastados do sopé da Cúria, estavam enfim livres da supervisão senatorial (Davies 2017: 268). Em 45 a.C., quando as obras dos novos *Rostra* tiveram início, o *triumvir monetalis* Lólio Palicano emitiu uma série de denários de prata (Fig. 8) em que associa a nova tribuna, estampada no reverso com um *subsellium* (assento baixo, utilizado

relativamente semelhantes. A ilustração de Einar Gjerstad (Fig. 6) dos antigos *Rostra* pode nos ajudar a ter um vislumbre do que foram os novos, que agora não estavam adjacentes à Pedra Negra e sim ao *Mundus*¹¹ (Fig. 4, n. 25) na lateral norte.

11 O *Mundus* era um local sagrado dedicado a *Dis Pater* e aos deuses inferos. Plutarco (*Vit. Rom.* 11; 1997: 119, 121) conta que ele teria sido escavado em torno do Comício durante o reinado de Rômulo, recebia como sacrifício os frutos das primeiras colheitas do ano e nele foram lançados punhados de terra provenientes da terra natal dos primeiros habitantes de Roma, em uma espécie de ritual de fundação. Também era tido como o ponto mais central da cidade, que serviu de referência, inclusive, para a delimitação dos primeiros limites do pomério. Uma espécie de tampa de poço o cobria e esta era aberta apenas em três dias do ano, considerados nefastos, para condução de rituais – os negócios públicos eram suspensos nesses dias (Richardson 1992: 259-260, 404).



Figura 7. Foto atual da Cúria.

Fonte: Morstein-Marx (2004:49).

pelos tribunos da plebe) e o exergo de seu nome (Fig. 8b), à liberdade, personificada em sua forma divina (de perfil, portando diadema, brinco e colar) com a inscrição de seu nome no averso (Fig. 8a)¹². Palicano,

12 O denário é numerado segundo o *Roman Republican Coinage*, tipologia organizada por Michael Crawford em

cuja família possuía antecedentes na luta pelo fim da legislação silana imposta ao tribunato

1974, em RRC 473/1. O exemplar em questão foi batido em Roma, possui por eixo vertical de rotação 0° e 3,87 gramas por peso. Informações disponíveis em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3528>>. Acesso 19 jul. 2023.

da plebe nos anos 70 a.C. (Sella 2021: 93), referencia a nova tribuna de forma a disputá-la como uma conquista popular obtida com as bênçãos de *Libertas*, que descativou o tribunato (representado pelo *subsellium*) do jugo silano imposto à estrutura do Comício desde fins dos anos 80 a.C. (Cadario 2006: 52).



© ANS 1944.100.3528

Fig. 8 a) Anverso do denário de Palicano; b) Reverso do denário de Palicano.

Fonte: <https://numismatics.org/collection/1944.100.3528>. Acesso 14 jan. 2025

Em paralelo, o Senado mandou erigir nos *Rostra* em 44 a.C. duas estátuas coroadas de César, uma com a *corona ciuica* (honra concedida àqueles que salvaram a vida de um cidadão romano em batalha) e outra com a *obsidionalis* (mérito dos que libertaram uma cidade de um cerco) (Cadario 2006: 54). Sobre a cabeça dele, as coroas tinham seu sentido alargado para remeter à salvação de toda a *res publica* (e não de um único cidadão) e à libertação de Roma do assédio dos *optimates*, imprimindo em César o papel de libertador. Os Idos, contudo, interromperam as reformas de César. Como afirma Liverani (2008: 43), a ação do ditador no tecido urbano foi incisiva, por um lado, pois propôs soluções monumentais a estruturas há muito já

consolidadas, e fugidia, por outro, já que teve pouco tempo para concretizá-las, com muitas campanhas militares em andamento e sua morte em 44 a.C. Por isso, coube a Otávio tocar as obras iniciadas e consolidar o fim do Comício. Logo em 43 a.C., em decorrência de uma praga que assolava Roma, mas provavelmente visando também retomar sua antiga sede, os senadores exigiram que a antiga Cúria Hostília fosse reconstruída (Dio Cássio 45.17.8; 1945). A demanda não seguiu colocada por muito tempo devido, afirma Filippi (2019: 111), às rápidas mudanças do cenário político daqueles anos (turbulentos, com as proscricções e Filpos que certamente embaraçaram as decisões senatoriais), e a nova Cúria pôde ter suas obras retomadas em 42.

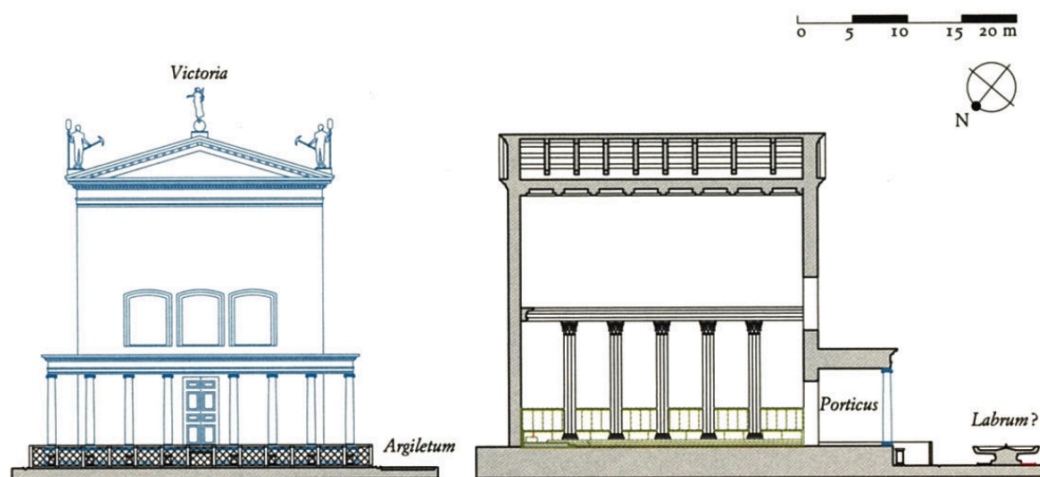


Fig. 9 Reconstituição da Cúria Júlia (44-29 a.C.).

Fonte: Carandini (2017: Tab.32).

Em 29 a.C. a Cúria Júlia (Fig. 7; Fig. 9) seria então concluída, posicionada mais a nordeste em relação à Cornélia, que não mais existia¹³

¹³ Tal hipótese foi sugerida por Coarelli (1985: 233-237): enquanto a Cúria Hostília/Cornélia tinha uma orientação norte-sul, localizada no que hoje corresponderia à Igreja de São Lucas e Santa Martina, a Cúria Júlia, cujo prédio coincide com a Cúria Diocleciana (Fig.7), segue um eixo sul-leste

(Fig. 10, n. 5). Apesar de ostentar um pequeno

e é orientada de acordo com o pórtico do Fórum Júlio. Contudo, deve-se mencionar que há autores que discordam dessa localização. Paolo Liverani (2008: 44-46), por exemplo, embora reconheça a impossibilidade de precisar com exatidão a antiga Cúria republicana, inclina-se mais à interpretação de que a Cúria Júlia foi erguida ocupando a mesma posição da Hostília/Cornélia.

o SPQR restaram apenas algumas colunas (como a de Mênio) e pequenos locais sacros, como as árvores sagradas, isto é, um cipreste (Fig. 10, n. 15), uma árvore de lótus (Fig. 10, n. 14) e a figueira Návia/Ruminal (Fig. 10, n. 18), o Vulcanal (Fig. 10, n. 16) e a Pedra Negra (Fig. 10, n. 15) (Filippi 2019: 169). Até mesmo a estátua do sátiro Mársias foi transferida para a área do Fórum, posta no lado noroeste de uma estrutura quadrangular próxima ao Lago Cúrcio (Fig. 10, n. 34).

Conclusão: desmembramento como solução

As grandes estruturas de reunião política estavam enfim desvinculadas do Comício, porém elas ainda existiam. A Cúria comicial foi demolida, mas reergueu-se outra de proporções semelhantes não muito longe dali, filiada a outro lugar (o Fórum cesariano); o mesmo se deu com os *Rostra*, reproduzidos inclusive com os mesmos esporões dos volscos do século IV a.C., mas agora voltados ao Fórum. A destruição dos espaços tradicionais do Comício não implicava, em contrapartida, o fim das instituições republicanas que eles hospedavam, afinal havia diversos lugares da *Urbs* nos quais os senadores podiam se reunir (e já o faziam desde o século II a.C., sem depender exclusivamente da Cúria), assim como magistrados podiam discursar e presidir eleições em outros locais, como na tribuna do templo dos Dióscuros.

Logo, indaga-se: se o desmantelamento do Comício não pressupunha o desmantelamento da *res publica*, pois a *Urbs* era capaz de absorver o funcionamento de seus quadros, qual a necessidade de refazer em novos lugares, e de maneira muito similar, as estruturas físicas que antes se aglutinavam ali? Tal fenômeno esclarece-se considerando a imprescindibilidade da segurança ontológica que estas estruturas asseveravam. Não bastava que as instituições republicanas continuassem funcionando e se reunindo alhures, pois a *res publica* nunca foi uma entidade metafísica, desprendida da concretude cotidiana e deslocada da ordem

temporal. Pelo contrário, ela se forjou na fisicidade do espaço urbano, desenvolveu-se por meio das alterações na cidade e foi produto do mesmo processo que gerou o Comício, cujos monumentos congregavam diferentes temporalidades. Portanto, a mera existência dessa área atestava sensorialmente a construção da *res publica* no tempo, enquanto processo histórico.

As pedras que ali se erguiam indexavam o passado dos cidadãos romanos que atuaram ao longo dos séculos na construção da *res publica*, certificando aos que as vissem a participação das *gentes* e das ordens na fazedura da conformação política conhecida. O Comício devolveva aos romanos sua própria face, pois reconheciam nele seu papel dentro da ordem maior e o trabalho de seus ancestrais em criá-la, permitindo-lhes que se localizassem no fio temporal. Em outras palavras, o Comício ancorava de modo tangível Roma e sua *res publica* no fluxo do tempo. Eliminá-lo pura e simplesmente, destarte, representava um risco à identidade coletiva, já que isso desbotaria a historicidade desenvolvida no acúmulo, descarte e convivência da materialidade plural, além de comprometer a estrutura orgânica que reproduzia a hegemonia política de Roma, sob o risco de cair no fetichismo do organismo esvaziado apontado por Gramsci. Por outro lado, como vimos, ali o conflito se catalisava cada vez mais sem encontrar vias pelas quais pudesse ser sanado.

Não podendo ser extinto nem continuar existindo da forma como estava dado, o Comício teve então de ser desmembrado e seus componentes dispersos, empresa que coube aos grandes líderes do século I a.C. cuja centralidade no cenário político fazia-os esbarrar com aquele problemático canto noroeste do Fórum. A presença tentacular de César e especialmente de Augusto nas questões políticas imputava-lhes o dever da preservação da *res publica* (e, por consequência, do trabalho de todos os romanos que a fizeram durante gerações incontáveis), cumprido, no caso aqui discutido, através da reacomodação dos edifícios comiciais. Reacomodação esta

que os isolava, evitando a interação direta do SPQR de outrora, e enxertava entre eles a figura mediadora dos novos *principes*.

Assim, não se rompe com o passado indexado pelo Comício, mas o remodela à nova conjuntura hegemônica de centralização política.

BUENO, G. P. Dismembering the Comitium to preserve the res publica: a Gramscian reading of the transformations in the north of the Roman Forum in the late 1st century B.C.. *R. Museu Arq. Etn.*43: 55-76, 2024.

Abstract: This article aims to analyze the transformations that took place in the Comitium of the Roman Forum during the period consecrated as the last century of the Republic from a Gramscian perspective of politics and of memory in relation to space. To this end, we mobilized the concept of *organism*, formulated by Gramsci, to comprehend the development of the Forum's spatiality – and especially of the Comitium, the most nuclear site of political relations during the Republic – in interaction with the class dynamics cultivated there. This historical process conceived a space designed to welcome conflict and resolve it, within a hierarchical structure that visually dictated the role of each class in this action, and indexed in the materiality past experiences of these conflicts/resolutions that forged a very particular collective memory of that place. However, the accumulation of contradictions resulting from the mismatch between the new material conditions of the nascent empire and the old structure of the *res publica* placed the Comitium in an impasse of dialectical nature, in which the space came to be instrumentalized in favor of the escalation of the political violence that threatened the *res publica*, at the same time as it could not be abandoned under the risk of undermining the organic republican bases gestated there. Resorting to the reconstitutions proposed by the *Atlas of Ancient Rome* (2017), organized by Carandini and Carafa, we seek to demonstrate that the emptying of the Comitium was accompanied by the reconstruction of its structures elsewhere in the Forum, both to preserve the *res publica* as a materially coproduced memorial process and to disconnect the direct interaction of the classes, placing between them the mediating figure of those who would later be seen as emperors.

Keywords: Comitium; Late Republic; Hegemony; Roman Forum; Memory.

Referências bibliográficas

Apiano. 1996. *The Civil Wars*. Penguin Group, Londres.

Ascônio. 2006. *Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford University Press, Oxford.

Cadario, M. 2006. Le statue di Cesare a Roma tra il 46 e il 44 a.C.: la celebrazione della vittoria e il confronto con Alessandro e Romolo. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano* 59.3:25-70.

- Carandini, A.; Carafa, P. (Eds.). 2017. *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City*. Princeton University Press, Princeton.
- Carandini, A. (Ed.). 2019. *La Roma di Augusto in 100 monumenti*. UTET, Novara.
- Cícero. 1931. *Pro Flacco M. Tulli Ciceronis pro Flacco Oratio*. Oxford University Press, Oxford.
- Cícero. 2019. *Da amizade*. Martins Fontes, São Paulo.
- Cícero. 2021. *Discursos contra Marco Antônio ou Filípicas*. Editora UnB, Brasília.
- Davies, P.J.E. 2017. *Architecture and politics in Republican Rome*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Dio Cássio 1945. *Dio's Roman History III (Books XXXVI-XL)*. William Heinemann, Londres.
- Dio Cássio. 1945. *Dio's Roman History IV (Books XLI-XLV)*. William Heinemann, Londres.
- Dionísio de Halicarnasso. 1939. *Roman Antiquities I (Books I-II)*. William Heinemann, Londres.
- Dionísio de Halicarnasso. 1960. *Roman Antiquities II (Books III-IV)*. William Heinemann, Londres.
- Faria, E. 2021. *Dicionário latino-português*. Garnier, Belo Horizonte.
- Favro, D. 1988. The Roman Forum and Roman History. *Places* 5.1:17-24.
- Filippi, D. 2017. Region VIII: Forum Romanum Magnum. In: Carandini, A.; Carafa, P. (Eds.). *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City*. Princeton University Press, Princeton.
- Frosini, F. 2017. Organismo. In: Liguori, G.; Voza, P. (Eds.). *Dicionário Gramsciano*. Boitempo, São Paulo, 589-590.
- Gildenhart, I. et al. (Eds.). 2019. *Augustus and the Destruction of History. The Politics of the Past in Early Imperial Rome*. Cambridge Philological Society, Cambridge.
- Gramsci, A. 2017. *Cadernos do Cárcere: Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Hinard, F. 1985. *Les proscriptions de la Rome républicaine*. École française de Rome, Roma.
- Hölkeskamp, K.J. 2016. Prestige en construction dans la République Romaine : la classe dirigeante et ses stratégies de représentation publique. In: Baudry, R.; Hurlet, F.; Rivoal, I. *Le Prestige à Rome de la fin de la République et au début du Principat*. Éditions de Boccard, Paris, 21-37.
- Horácio. 2008. *The Complete Odes and Epodes*. Oxford University Press, Oxford.
- Kondratieff, E.J. 2009. Reading Rome's Evolving Civic Landscape in Context: Tribunes of the Plebs and the Praetor's Tribunal. *PHOENIX – Journal of the Classical Association of Canada*, 63.3-4: 322-360.
- Liverani, P. 2008. Cesare urbanista. In: Gentile, G. (Ed.). *Giulio Cesare: l'uomo, le imprese, il mito*. Silvana Editoriale, Milão, 42-51.
- Lugli, G. 1966. *Il Foro Romano e il Palatino*. Bardi Editore, Roma.
- Meier, C. 1993. C. Caesar Divi filius and the formation of the alternative in Rome. In: Raaflaub, K. A.; Toher, M. (Eds.). *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. University of California Press, Berkeley, 54-70.
- Morstein-Marx, R. 2004. *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Plínio, O Velho. 1988. *Storia Naturale: mineralogia e storia dell'arte (libri 33-37)*, vol. V. Einaudi, Turim.
- Plutarco. 1967. *Lives: Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola*. William Heinemann, Londres.

Desmembrando o Comitium para preservar a res publica
R. Museu Arq. Etn., 43: 55-76, 2024.

- Plutarco. 1959. *Lives: Agis and Cleomenes, Tiberius and Caius Gracchus, Philopoemen and Flaminius*. William Heinemann, Londres.
- Polo, F.P. 2005. I Rostra come espressione di potere della aristocrazia romana. In: Urso, G. (Ed.). *Popolo e Potere nel Mondo Antico*. Edizioni ETS, Pisa, 141-155.
- Prestipino, G. 2017. Orgânico. In: Liguori, G.; Voza, P. (Eds.). *Dicionário Gramsciano*. Boitempo, São Paulo, 588-589.
- Price, H. 2019. Flooding the Roman Forum. In: Gildenhard, I.; et al. (Eds.). *Augustus and the Destruction of History: The Politics of the Past in Early Imperial Rome*. Cambridge Philological Society, Cambridge, 189-222.
- Richardson Jr., L. 1992. *A new topographical dictionary of ancient Rome*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Russell, A. 2021. Political space and the experience of citizenship in the city of Rome: architecture and interpellation. In: Flohr, M. (Ed.). *Urban Space and Urban History in the Roman World*. Routledge, Londres, 19-38.
- Ruy, M.L. *De verborum significatu: análise e tradução*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saraiva, F.R. S. 2019. *Dicionário latino-português*. Garnier, Belo Horizonte.
- Scott, J.C. 1985. Hegemony and Consciousness: Everyday Forms of Ideological Struggle. In: Scott, J. C. (Ed.). *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press, Cumberland, 304-350.
- Sella, J. 2021. *L'imperator au secours de la res publica : un élément central du discours de légitimation du pouvoir impérial et ses origines républicaines*. *Dialogues d'histoire ancienne* 24: 77-115.
- Suetônio. 2007. O divino Júlio. In: Plutarco; Suetônio. *Vidas de César*. Estação Liberdade, São Paulo.
- Taylor, L.R. 1990. *Roman Voting Assemblies: From the Hannibalic War to the Dictatorship of Caesar*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Thommen, L. 1995. Les lieux de la plebe et de ses tribuns dans la Rome republicaine. *Klio* 77: 358-370.
- Tito Lívio. 2006. *The History of Rome (books 1-5)*. Hackett Publishing Company, Indianápolis.
- Varrão. 2012. *Das coisas do campo*. Editora da Unicamp, Campinas.
- Westall, R. 1996. The *Forum Iulium* as representation of *Imperator Caesar*. *Mitteilungen des deutschen archaologischen Instituts Roemische Abteilung* 103: 83-118.
- Winterling, A. 2009. *Politics and Society in Imperial Rome*. Wiley-Blackwell, Hoboken.
- Yakobson, A. 2010. Traditional political culture and the people's role in the roman Republic. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 59.3: 282-302.